

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: NOÇÕES GERAIS	21
1.1. Relação jurídica	21
1.2. Patrimônio	26
1.3. Sucessão	31
1.4. Assunção de dívida e o pagamento	35
1.5. Anotações históricas	38
1.5.1. Direito romano	42
1.5.2. Direito moderno e contemporâneo	59
1.5.3. Assunção de dívida no Brasil antes do CC/2002	61
CAPÍTULO 2: DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	81
2.1. Definição	81
2.1.1. Natureza jurídica da assunção de dívida	86
2.1.2. Negócio abstrato	89
2.2. Nomenclatura	91
2.3. Requisitos	96
2.3.1. Capacidade das partes	96
2.3.2. Forma	97
2.3.3. Objeto da assunção de dívida ou a dívida assumível	97
2.3.4. Consentimento do assuntor	112
2.3.5. Consentimento do credor	112
2.4. Relação entre as partes	119
2.4.1. Relação entre devedor primitivo e credor	119
2.4.2. Relação entre assuntor e credor	120
2.4.3. Relação entre devedor primitivo e assuntor	120
2.5. Estruturas negociais da assunção de dívida	124
2.5.1. Delegação	126

2.5.2. Expromissão	131
2.5.3 “Accollo”	141
2.5.4. A assunção de dívida e a sucessão singular legal e judicial no débito	146
2.6. Efeitos da assunção de dívida	147
2.7. Defesas do assuntor	153
2.7.1. Defesas oponíveis	154
2.7.2. Defesas inoponíveis	157
2.8. Direito Brasileiro	158
2.8.1. O art. 299 do CC/2002 – definição e requisitos da assunção de dívida..	167
2.8.2. O parágrafo único do art. 299 do CC/2002 – notificação	176
2.8.3. O art. 300 do CC/2002 – do tratamento das garantias.....	178
2.8.4. O art. 301 do CC/2002 – anulação da assunção de dívida.....	185
2.8.5. O art. 302 do CC/2002 – exceções oponíveis.....	191
2.8.6. O art. 303 – assunção de dívida e o imóvel hipotecado.....	194
CAPÍTULO 3: DISTINÇÃO EM RELAÇÃO A NEGÓCIOS JURÍDICOS AFINS. 213	
3.1. Assinação	214
3.1.1. Abstração e relação entre as partes	222
3.1.2. Aceite e adimplemento	227
3.1.3. Assinação x outros institutos.....	230
3.1.4. Distinção entre a assunção de dívida e a assinação	234
3.2. Promessa de liberação	235
3.2.1. Nomenclatura e distinções de espécies	240
3.2.2. Distinção entre a assunção de dívida e a promessa de liberação	243
3.3. Estipulação em favor de terceiro	244
3.3.1. O terceiro em relação à estipulação.....	247
3.3.2. Distinção entre estipulação em favor de terceiro e a promessa de liberação	249
3.3.3. Distinção entre a assunção de dívida e a estipulação em favor de terceiro	251
3.4. Adjunção na dívida.....	256
3.4.1. Nomenclatura	258
3.4.2. Estruturas negociais da adjunção de dívida:	259

3.4.3. Requisitos.....	260
3.4.4. Defesas oponíveis	263
3.4.5. Efeitos da adjunção à dívida: solidariedade ou subsidiariedade..	264
3.4.6. Distinção em relação a outros institutos	266
3.4.7. Distinção em relação à assunção de dívida	270
3.5. Novação	273
3.5.1. A novação subjetiva passiva	279
3.5.2. Distinção em relação a institutos jurídicos próximos.....	282
3.5.3. Distinção entre a assunção de dívida e a novação	283
3.5.4. Continuidade da relevância da novação	288
3.6. Cessão de contrato	292
3.6.1. Definições	300
3.6.2. Efeitos	303
3.6.3. Distinção entre a assunção de dívida e a cessão de contrato	304
3.7. Cessão de crédito	308
CONCLUSÕES	315
BIBLIOGRAFIA	329